

I ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

SOCIEDADE, CONFLITO E MOVIMENTOS SOCIAIS

ARMANDO ALBUQUERQUE DE OLIVEIRA

EDNA RAQUEL RODRIGUES SANTOS HOGEMANN

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Naspolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gaigher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

S678

Sociedade, conflito e movimentos sociais [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann

Armando Albuquerque de Oliveira – Florianópolis: CONPEDI, 2020.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-051-0

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Constituição, cidades e crise

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Assistência. 3. Isonomia. I Encontro Virtual do CONPEDI (1: 2020 : Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



I ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

SOCIEDADE, CONFLITO E MOVIMENTOS SOCIAIS

Apresentação

O ano de 2020 será lembrado por todos nós como o ano em que a pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou COVID-19 precipitou uma ruptura profunda no funcionamento das sociedades contemporâneas, acelerando processos, aprofundando crises, cobrando respostas para situações até então impensadas. Apesar de toda a adversidade e considerando as limitações objetivas desse processo de crise, adaptamo-nos e realizamos o I Encontro Virtual do CONPEDI e, especialmente, tornamos possível que o GT n° 64 Sociedade, Conflito e Movimentos Sociais fosse um momento privilegiado para o fortalecimento da pesquisa jurídica, com o estreitamento dos laços e a socialização de temáticas das mais diversas, sob a condução dos professores doutores Edna Raquel Hogemann, Docente Permanente do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro-UNIRO/UNIGRANRIO e Armando Albuquerque de Oliveira, da Universidade Federal da Paraíba.

Eis uma breve síntese dos trabalhos apresentados:

1. Sob o título A carreira e a legislação do policial militar brasileiro, Rodrigo dos Santos Andrade, promoveu uma análise concisa da carreira e da legislação do policial militar brasileiro à luz dos direitos da personalidade, considerando princípios constitucionais e pesquisando aspectos positivos e negativos, fatores sociais sobre o tema, com seus possíveis desdobramentos e consequências.
2. Arthur Lustosa Strozzi, mestrando em Direito Negocial da Universidade Estadual de Londrina (UEL), apresentou o trabalho intitulado A luta por reconhecimento em tempos de neoliberalismo e pandemia global, em coautoria com o professor Clodomiro José Bannwart Júnior e a mestrande Patrícia Gasparro Sevilha Greco, no qual busca a relação implicada entre Estado, mercado e sociedade, adotando metodologia reconstrutiva da teoria crítica que requer a apresentação de diagnóstico e prognóstico. No diagnóstico, seguem Pierre Dardot e Christian Laval. No prognóstico acompanham as análises de Axel Honneth sob a perspectiva de sua teoria do reconhecimento.
3. A relação estabelecida pelos povos indígenas em face aos conflitos ambientais e a legislação nacional, assinalando que os processos de violências físicas e estruturais empreendidas contra os povos indígenas assentam-se no ideário do colonialismo e da

colonialidade do poder foi objetivo do artigo Ambiente, conflitos e povos indígenas: perspectivas contemporâneas na América Latina apresentado por Marlei Angela Ribeiro dos Santos.

4. A questão indígena também esteve presente no trabalho intitulado: As violações sofridas pelos indígenas do rio grande sul na ditadura civil militar como consequência da conformação do estado brasileiro, da autoria de Rodrigo de Medeiros Silva, que mostra presença do pensamento colonial na legitimação das violações sofridas pelos indígenas do Rio Grande do Sul. Os crimes cometidos visando a apropriação de suas terras e das riquezas naturais naquele período, tiveram como consequência degradação ambiental no estado e ainda falta de demarcação das áreas dos povos originários, beneficiando os interesses de mercado, conforme modelo colonizador imposto.

5 - Sonia Maria Cardozo dos Santos apresentou o trabalho intitulado: CRIANÇA, DESIGUALDADE E VIOLÊNCIA(S): DESDOBRAMENTOS E IMPACTOS COTIDIANO INFANTIL, em que busca analisar algumas das violências executadas contra as crianças no cenário brasileiro. Em sua apresentação, afirmou que comumente as crianças são submetidas a violências estruturais e simbólicas, muitas visibilizadas e outras que permanecem invisíveis para a sociedade e o Estado.

6 - Cristiane Andreia Savaris Sima nos brindou com o artigo intitulado: Da resistência às formas de controle: a educação como constitutivo do sujeito no qual analisa as relações de poder e os processos biopolíticos de subjetivação produzidos contemporaneamente no Brasil e as possibilidades de resistência pensadas a partir de uma educação que desenvolva a capacidade do sujeito de se ver constituído nas relações de poder, pela concepção da educação libertária, proposta por Paulo Freire, articulada às práticas cotidianas de liberdade (numa postura ativa), trazida por Michel Foucault, em dimensões micropolíticas.

7 - Helen Cristiany Pimenta de Oliveira, Doutoranda em Direito Ambiental e de Desenvolvimento Sustentável pela Escola Superior Dom Helder Câmara, apresentou o trabalho com o título: Direito à cidade e conflitos ambientais: a exploração mineral na perspectiva da violência simbólica, que analisa a presença da violência simbólica de Bourdieu nos desastres ambientais causados pela atividade minerária. E como esta questão estrutural interfere no direito à cidade, termo cunhado por Lefebvre, a partir do aumento dos espaços marginais e do recrudescimento das desigualdades sociais.

8 - Direitos humanos no âmbito das polícias militares: enfrentando o antagonismo através da educação é o título do artigo da autoria de Robyson Danilo Carneiro e Valter Foletto Santin

por eles apresentados e que revela a necessidade de afastar o pseudoantagonismo entre a prática policial e os direitos humanos é imprescindível para uma evolução no âmbito da segurança pública, com destaque para o ensino desenvolvido nos cursos de formação, capacitação e aperfeiçoamento policiais.

9 - Movimentos étnicos bolivianos e sua luta pelo reconhecimento de princípios indígenas no direito estatal, apresentado por Aline de Souza Vasconcellos do Valle, doutoranda em História das Relações Políticas pela UFES, teve como objetivo apresentar a trajetória de "ressurgimento étnico" na Bolívia e a importância dos movimentos indígenas para a efetivação de uma Constituição que contemplou princípios ancestrais indígenas, o Direito à diversidade e o pluralismo jurídico em seu texto.

10 - Analisando o conceito de discurso de ódio, e como ele se torna um meio de propagar o preconceito, especialmente através dos novos meios de comunicação hoje disponíveis em ambiente digital, o artigo intitulado O discurso de ódio em redes digitais. grupos de pressão e sociedade da informação foi apresentado por Rafael Khalil Coltro, mestrando pelo Programa de Direito da Sociedade da Informação – FMU – SP, Marcelo Nogueira Neves, mestrando pelo Programa de Direito da Sociedade da Informação – FMU – SP e Leticia Silva da Costa, mestranda pelo Programa de Direito da Sociedade da Informação – FMU – SP

11 - O papel do ministério público na promoção e efetivação dos direitos fundamentais das pessoas em situação de rua, da autoria de Alisson Alves Pinto, cujo objetivo é o de investigar o papel do Ministério Público na promoção e efetivação dos direitos fundamentais das pessoas em situação de rua e quais os instrumentos jurídicos que o Parquet dispõe para a defesa dos interesses deste grupo social.

12 - Luyse Vilaverde Abascal Munhós, mestranda em Direito pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, apresentou o artigo intitulado Povos indígenas e interculturalidade: o pluralismo jurídico latinoamericano, que busca averiguar as contribuições do fenômeno do Constitucionalismo Pluralista Latino-Americano, sem, contudo, perder de vista as limitações desses projetos descoloniais e a fragilidade do Direito como instrumento transformador da realidade social.

13 – Por fim, Carlos Adalberto Ferreira de Abreu encerrou a apresentação dos trabalhos com o artigo: Risco e direito penal: breves reflexões sociológicas, no qual se propõe a realizar uma contraposição quanto à afirmação de que os riscos nas sociedades contemporâneas atingem a todos, independente de que segmento social pertença.

Profa. Dra. Edna Raquel Hogemann

Prof. Dr. Armando Albuquerque de Oliveira

Nota técnica: Os artigos do Grupo de Trabalho Sociedade, Conflito e Movimentos Sociais apresentados no I Encontro Virtual do CONPEDI e que não constam nestes Anais, foram selecionados para publicação na Plataforma Index Law Journals (<https://www.indexlaw.org/>), conforme previsto no item 8.1 do edital do Evento, e podem ser encontrados na Revista de Movimentos Sociais e Conflitos. Equipe Editorial Index Law Journal - publicacao@conpedi.org.br.

DA RESISTÊNCIA ÀS FORMAS DE CONTROLE: A EDUCAÇÃO COMO CONSTITUTIVO DO SUJEITO

RESISTANCE TO THE FORMS OF CONTROL: EDUCATION AS A CONSTITUTIVE OF THE SUBJECT

**Cristiane Andreia Savaris Sima
Estela Parussolo De Andrade**

Resumo

O estudo objetiva apresentar uma reflexão, a partir da exploração da teoria de Michel Foucault, em torno do sujeito e das relações de poder, a partir de uma análise do poder disciplinar, centrado no adestramento dos corpos individualizados e a sua transmutação para o biopoder. Para além de compreender os maquinismos do poder disciplinar e do biopoder, busca-se identificar como eles atuam sobre as sociedades, no contexto das sociedades de controle, para enredar e deslegitimar práticas emancipatórias, agindo para capturar e dar conformidade às formas de assujeitamento e assim atender o seu projeto de governamentalidade. Utilizou-se a hermenêutica fenomenológica.

Palavras-chave: Poder, Biopoder, Sociedade de controle, Resistência, Educação

Abstract/Resumen/Résumé

The study aims to present a reflection, from the exploration of Michel Foucault's theory, around the subject and the power relations, from an analysis of disciplinary power, centered on the training of individualized bodies and their transmutation to biopower. In addition to understanding the mechanisms of disciplinary power and biopower, we seek to identify how they act on societies, in the context of control societies, to entangle and delegitimize emancipatory practices, acting to capture and conform to the forms of subjection and so meet your governmentality project. Phenomenological hermeneutics was used.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Power, Biopower, Control society, Resistance, Education

1 INTRODUÇÃO

O Brasil passou por um rigoroso período de cerceamento de liberdades com o advento da ditadura civil-militar (1964-1985), sucedida pela transição democrática e promulgação de uma nova Constituição, no ano de 1988, que se denominou Constituição Cidadã e se tornou símbolo do processo de redemocratização.

Acreditou-se que a democracia estaria sendo consolidada, contudo, trinta anos após a abertura política e reintegração das instituições democráticas, eis que surge um candidato à Presidente da República contrário aos ideais democráticos, com discurso autoritário, simpático à ditadura militar, articulado e apoiado numa rede de demandas do mercado financeiro, de pautas neoliberais, de atores religiosos conservadores e de grupos militares, conquistou o apoio de uma parcela significativa do eleitorado brasileiro, vencendo as eleições presidenciais de 2018.

Na relação discursiva do atual Governo Federal com as iniciativas concretas de governança, no campo da educação, passa a atacar o sistema educacional com cortes e contingenciamento de recursos, persegue estudantes, professores, pesquisadores, cientistas, critica cursos e disciplinas *de humanas e sociais*, destinadas ao questionamento do *status quo*.

Mostra-se contrário a qualquer projeto emancipatório do indivíduo, busca deslegitimar os espaços de educação, em especial às instituições de educação pública, caracterizando-as como locais de “balbúrdia” e de “doutrinação”, assinala o direito de acesso à universidade como pertencente a uma categoria específica que denomina de “elite intelectual” e manifesta o desejo de não querer “uma garotada que se interessa por política”, representando além de uma recusa, um retrocesso e uma ameaça ao próprio regime democrático. Fatos públicos e notórios.

O artigo foi pensado na realidade brasileira, que está sob a égide de uma governamentalidade avessa às práticas democráticas, despontando nessas ações governamentais, a atualidade das reflexões e estudos do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984).

Através da proposta de pesquisa pretendemos oferecer à sociedade mecanismos para o reconhecimento, no contexto atual das nossas sociedades, práticas que se engendraram para produzir e normalizar práticas antidemocráticas, dentro dos controles homogeneizadores e mercadológicos e nas políticas de sua própria gestão.

Michel Foucault (1999), em sua obra *Vigiar e Punir*, parte da análise das relações de poder/dominação, observadas em instituições como a escola, quartel, hospitais, manicômios,

presídios, fábrica, que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e instrumentos de seu exercício.

A análise foucaultiana nos convoca para a reflexão e um olhar mais atento para o sujeito que se vê enredado nas relações de poder, a exemplo, da instituição escolar, a qual imersa em relações de saber-poder constitui-se em local privilegiado de produção, manifestação e circulação da verdade e, assim, em ambiente estratégico e eficaz ao exercício de relações de poder, controle e dominação, que acabam se consolidando nos discursos e políticas públicas.

Nessa senda, pretende-se com a pesquisa desvelar mecanismos para o reconhecimento, no contexto atual das sociedades de controle, práticas que se engendraram para produzir a subjetivação e assujeitamento, que normalizam práticas antidemocráticas, a partir de controles homogeneizadores.

A partir dessa análise, pretende-se provocar o debate acerca das possibilidades de resistência que podem emergir para desativar os dispositivos que produzem subjetividades e assujeitamento; refletir em que medida a educação - instituição e instrumento de biopoder -, inserida na sociedade da biopolítica, pode se constituir em estratégia de resistência ao biopoder.

A hipótese levantada é de que a mesma educação que produz assujeitamentos, pode fazer emergir práticas que são capazes de desativar os dispositivos que produzem subjetividades, dentro do contexto de uma educação consciente do maquinismo da biopolítica, não como uma política pública, mas dentro de um contexto micropolítico.

Nesse sentido, a educação, enquanto instituição e instrumento de biopoder, na privilegiada posição de produtora de saberes e verdades e influenciadora da realidade, ao tempo que produz subjetividades e assujeitamentos, pode se estabelecer em espaço estratégico de resistência para desativação desses dispositivos de controle e desconstrução de padrões, quando assume um sentido de educação emancipatória e libertadora, que desenvolva a capacidade do sujeito se ver na constituição das relações de poder e nas formas de assujeitamento produzidos, abrindo espaço para interrogar sobre as verdades produzidas, colocando sob suspeita certas certezas.

Com pleno desenvolvimento das capacidades o sujeito se torna sujeito de si, convergindo para que singularidades emergem, o que permitirá produzir resistência aos dispositivos de controle para desconstruir padrões de previsibilidade, fazendo frente à biopolítica que busca sem repouso nos gerir, num contexto micropolítico e às margens da instituição política, ou seja, de forma autônoma sem que para isso necessite se solidificar como uma política pública.

O artigo foi perspectivado a partir da hermenêutica fenomenológica, de modo que se pretende estudar as relações dos indivíduos e como elas são percebidas, bem como a compreensão e interpretação, através de uma análise crítica-reflexiva da atual realidade brasileira.

2 RELAÇÕES DE PODER: DO PODER DISCIPLINAR ÀS SOCIEDADE DE CONTROLE NO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT

Quando Michel Foucault (1999) observa e analisa as relações de poder o faz em instituições da sociedade, estabelecendo a disciplina como a técnica específica de um poder que toma os indivíduos como objetos e instrumentos de seu exercício, estabelecendo uma crítica a essas instituições, como mecanismos de disciplinarização e manutenção do *status quo* do sistema de dominação.

Para explicar como o poder se manifesta, os estudos de Foucault mostram as transformações históricas operadas nessas relações de poder ao longo dos séculos, em que o poder soberano foi substituído aos poucos pelo poder disciplinar e que se multiplicou por todo o corpo social com as instituições.

Neste sentido, Foucault preconiza que (1999, p. 164-165):

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos [...]. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência). Em uma palavra: ela dissocia o poder do corpo; faz dele por um lado uma “aptidão”, uma “capacidade” que ela procura aumentar; e inverte por outro lado a energia, a potência que poderia resultar disso, e faz dela uma relação de sujeição estrita.

Nesse sentido, estabeleceu Foucault uma nova compreensão de como o poder se manifesta, não mais como a visão tradicional predominante que coloca o estado como detentor do poder, através de um processo centralizado de dominação. O poder não é mais uma instituição ou uma estrutura, mas “o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (Foucault, 1988, p. 103).

Para Foucault, o poder está presente nas diversas relações, nas mais simples, a exemplo da relação de pai-filho, professor-aluno, como nas mais complexas, presentes nas instituições que coordenam a sociedade, de forma que o poder atravessa toda a sociedade e do qual ninguém

escapa, na medida que captura, classifica e subjetiva os indivíduos, que acabam imersos nas redes de poder, para quem “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo, e sim, porque provém de todos os lugares” (Foucault, 1988, p. 103).

É por isso que Foucault estabelece que “o indivíduo é o efeito do poder e, simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu” (Foucault, 1979, p. 183), acrescentando que (Foucault, 1979, p. 103):

Não tomar o poder como um fenômeno de dominação maciço e homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um grupo sobre os outros, de uma classe sobre as outras, mas ter bem presente que o poder – desde que não seja considerado de muito longe – não é algo que se possa dividir entre aqueles que o possuem e o detêm exclusivamente e aqueles que não o possuem e lhe são submetidos. O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui e ali, nunca está em mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas, os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder, e de sofrer sua ação; nunca são alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles.

As instituições que submetem os corpos ao processo disciplinador, a exemplo das instituições escolares, fazem parte de um sistema regulador, que se utiliza de métodos que permitem um controle, através de atitudes de vigilância e adestramento do corpo, para impor uma relação de docilidade e utilidade, engendrado pelo sistema dominante (VEIGA-NETO, 2011).

Foucault (1979, p. 182), nesse sentido, entende que o poder está em suas extremidades:

Trata-se [...] de captar o poder em suas extremidades, lá onde ele se torna capilar; captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que, ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violentos.

Assim sendo, o adestramento dos corpos, passa a não mais se fundamentar nas relações de apropriação dos corpos e sim, no poder disciplinar, que dispensa a violência física e obtém os mesmos efeitos com maior eficácia. Para Foucault (1999, p. 143) “o sucesso do poder disciplinar se deve sem dúvida ao uso de instrumentos simples: o olhar hierárquico, a sanção normalizadora e sua combinação num procedimento que lhe é específico, o exame”.

Nesse ínterim, Foucault (1999, p. 164-165) leciona que são as relações de sujeição efetivas que fabricam os sujeitos:

O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”.

O poder disciplinar começa então a se materializar nos corpos dos sujeitos e fabrica corpos submissos e exercitados, corpos dóceis. Nesse sentido (Veiga-Neto, 2005, p. 85) aduz que “Falar em corpos dóceis é falar em corpos maleáveis; mas não se trata, aí, de uma modelagem imposta, feita à força. Ao contrário, o que é notável no poder disciplinar é que ele atua em nível do corpo e dos saberes”.

Para Foucault o sujeito não produz saberes, mas é produzido no interior de saberes, de modo que "os saberes se engendram e se organizam para 'atender' a uma vontade de poder" (Veiga-Neto, 2003, p. 141).

Segundo Foucault (1999, p. 27),

Temos antes que admitir que o poder produz saber; que poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo de saber, nem saber que não suponha e não constitua ao mesmo tempo relações de poder [...]. Resumindo, não é a atividade do sujeito do conhecimento que produziria um saber, útil ou arredo ao poder, mas o poder-saber, os processos e as lutas que o atravessam e que o constituem, que determinam as formas e os campos possíveis do conhecimento.

Parafrazeando Veiga-Neto (2011, p. 130), o poder se dá, se faz e se ergue numa relação fluante, pois ele “é fugaz, evanescente, singular, pontual. O saber, bem ao contrário, se estabelece e se sustenta nas matérias/conteúdos e em elementos formais que lhe são exteriores”.

Nesse sentido, é possível refletir sobre a instituição escolar, dentro do referencial foucaultiano, como instrumento pertencente a um sistema de dominação, que controla e forma subjetividades, possibilitando uma reflexão sobre a educação no contexto atual, deslocando-a do eixo saber-poder, para a noção de governamentalidade, com arrimo na obra de Foucault (1979, p. 292):

Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade, Governamentalização do Estado, que é um fenômeno particularmente astucioso, pois se efetivamente os problemas da governamentalidade, as técnicas de governo se tornaram a questão política fundamental e o espaço real da luta política, a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, em sua sobrevivência e em seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade.

Para Foucault (1979) é com a governamentalidade que surge o biopoder, como um poder exercido sobre um novo corpo social, a população, mas cujo objetivo permanece o mesmo da disciplinarização: controlar a fim de uma maior otimização e docilização dos corpos.

Essa modalidade de poder – biopoder - descrita por Foucault, apresenta uma grande similaridade com as formas de dominação delineadas por Deleuze (1992, p. 220), que descreve o funcionamento do poder na configuração das sociedades de controle “As sociedades disciplinares são aquilo que estamos deixando pra trás, o que já não somos. Estamos entrando nas sociedades de controles, que funcionam não mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea”.

A sociedade de controle nasce da combinação entre disciplina e biopolítica, na medida individualizados em que o exercício do poder deixa de ser diretamente dirigido aos corpos e passa a operar de uma forma mais geral e menos vinculada à lógica da punição disciplinar (DELEUZE, 1992).

Para Deleuze (1992) o conceito de disciplina não dava mais conta da realidade, não que precisasse ser descartado, mas apenas superado, pois não se vive mais nas sociedades disciplinares, onde o exercício do poder ocorria de modo mais explícito, mas numa nova sociedade - as sociedades de controle, nas quais as formas de dominação tendem a se apresentar de um modo mais perspicaz, pois estaríamos submersos nas práticas dominantes a partir de dispositivos de exercício do poder mais implícitos.

Segundo Agamben (2009, p. 40-41) o termo dispositivo é um termo técnico utilizado por Foucault, quando ele passa a se ocupar daquilo que chamava de governabilidade ou de governo dos homens e, ao retomar a definição foucaultiana, Agamben amplia o conceito de dispositivo:

Generalizando posteriormente a já amplíssima classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação os computadores, os telefones celulares e – porque não – a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar.

Quando Foucault concebeu o biopoder, o fez para indicar que o poder tende a se modificar. Na medida que as práticas disciplinares visavam governar o indivíduo, o biopoder

tem como alvo a população, o conjunto dos indivíduos, contudo, não quer dizer que um exclui o outro.

Para Foucault (1999, p. 289), o primeiro poder (poder disciplinar) envolveria um poder que se dirige ao homem-corpo, enquanto, o biopoder envolveria o homem como homem-espécie, sintetizando os dois registros de poder da seguinte maneira:

[...] Mais precisamente, eu diria isto: a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados, eventualmente punidos. E, depois, a nova tecnologia que se instala se dirige a multiplicidade dos homens, não na medida em que eles se resumem em corpos, mas na medida em que ela forma, ao contrário, uma massa global, afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, que são processos como o nascimento, a morte, a produção, a doença, etc. Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não do homem-corpo, mas do homem-espécie. Depois da anatomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anatomo-política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma “biopolítica” da espécie humana.

Foucault (1999, p. 292-293) diz que a biopolítica lida com um novo corpo, um corpo múltiplo, de inúmeras cabeças, a população:

A teoria do direito, no fundo, só conhecia o indivíduo e a sociedade: o indivíduo e o corpo social que fora construído pelo contrato voluntário ou implícito dos indivíduos. As disciplinas lidavam praticamente com o indivíduo e com seu corpo. Não é exatamente com a sociedade que se lida nessa nova tecnologia de poder (ou, enfim, com o corpo social tal como o definem os juristas); não é tampouco com o indivíduo-corpo. É um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável. É a noção de “população”. A biopolítica lida com a população como problema político, como problemas a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder, acho que aparece nesse momento. Segundo, o que é importante também – afora o aparecimento desse elemento que é a população – é a natureza dos fenômenos que são levados em consideração. Vocês estão vendo que são fenômenos coletivos, que só aparecem com seus efeitos econômicos e políticos, que só se tornam pertinentes no nível da massa. São fenômenos aleatórios e imprevisíveis, se os tomarmos neles mesmo, individualmente, mas que apresentam, no plano coletivo, constantes que é fácil, ou em todo caso possível, estabelecer. E, enfim, são fenômenos que se desenvolvem essencialmente na duração, que devem ser considerados num certo limite de tempo relativamente longo; são fenômenos de série. A biopolítica vai se dirigir, em suma, aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população considerada em sua duração.

Como visto ao longo da explanação, um dos objetivos fundamentais de Foucault foi mostrar como o poder emerge na sociedade, nas mais diversas sociedades, sobretudo nas múltiplas relações existentes. Para Foucault (1988, p. 131) “As disciplinas do corpo e as

regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida”.

Nesse sentido, propõe Foucault que a sociedade está enredada por uma combinação complexa de técnicas de individuação e processos totalizantes que mascaram as relações de poder e suas formas de interpretação, por isso a necessidade de reflexão acerca de como as forças de poder estão agindo sobre nós, para desnaturalizar o que tomamos como regra e verdade.

3 RESISTENCIA E EDUCAÇÃO: DELINEANDO LINHAS DE FUGA

Como visto, Foucault acredita que tudo está imerso nas relações de poder e saber, e que as regras de formação dos conceitos não residem na mentalidade e nem na consciência dos indivíduos, mas sim, no próprio discurso, se impondo a todos aqueles que falam ou tentam falar dentro de um determinado campo discursivo. Nessa relação poder-saber, Foucault (1979, p. 12) analisa que a verdade está circularmente ligada ao sistema de poder, que a produzem e apoiam:

Cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, “os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros”; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o “estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro”.

Nesse sentido, para Foucault o objetivo do poder é produzir verdade, dando legitimidade a discursos emanados na sociedade. É nessa perspectiva que Foucault destaca que “O problema não é mudar a ‘consciência’ das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade” (Foucault, 1979, p. 14).

Como nada nem ninguém está livre de poder e ele está, como visto, em toda parte e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças, significa a resistência ao poder só é possível no “campo estratégico das relações de poder”. Para Foucault, onde há poder há sempre possibilidade de resistência (Foucault, 1988, p. 91-92),

[...] não existe [...] um lugar da grande Recusa – alma da revolta, foco de todas as rebeliões, lei pura do revolucionário. Mas sim resistências no plural, que são casos únicos: possíveis, necessárias, improváveis, espontâneas, selvagens, solitárias, planejadas, arrastadas, violentas, irreconciliáveis, prontas ao compromisso, interessadas ou fadadas ao sacrifício; por definição, não podem existir a não ser no campo estratégico das relações de poder. [...] As resistências não se reduzem a uns poucos princípios heterogêneos; mas não é por isso que sejam ilusão, ou promessa

necessariamente desrespeitada. Elas são o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irreduzível”.

Nesse diapasão, um discurso dominante, legitimado por verdades, procurará se manter no poder com mais força à medida que a resistência que se opõe a ele também aumente. Veiga-Neto (2008, p. 22) sustenta que a resistência a certa ação decorre da problematização desta, o que implica sempre em utilizar-se do poder, de forma que:

Sempre é possível exercer uma resistência, nesse caso entendida como uma (re)ação ou, se quisermos, como uma ação de contrapoder. Resistir a uma ação de poder significa problematizar tal ação, valendo-se, para isso, também do poder. Desse modo, a resistência a uma determinada ação de poder não é “um outro poder”, mas simplesmente é – ou funciona como – “outra ação de poder”, em sentido inverso a primeira.

Também nesse sentido, Bordin (2014, p. 230) ao estudar Foucault destaca que a verdade não existe sem ou fora do poder; ela é produzida pelo poder:

Para o autor em estudo, o poder é um direito que está inserido na sociedade, uma vez que somos regidos por lei, a fim de sermos disciplinados. Também define o poder como uma verdade, em que está estabelecido nos discursos, em que se pauta pelos que legitimam o seu poder e os que são hostilizados e assim, aceitam em sua psique tais mecanismos. Os discursos de verdade na sociedade são aferidos por meio de comportamentos, linguagens e valores e assim, refletem relações de poder, podendo ou não, aprisionar indivíduos.

De tal modo, o discurso, como prática social, se produz em razão de relações de poder, torna-se constitutivo da realidade, pois como o poder, produz saberes. Desse modo, o viés discursivo toma o discurso enquanto prática que constrói os objetos a que se refere, no que Foucault (2008, p. 54-55) aduz:

[...] gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. [...] consiste em não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever.

Os discursos são manifestações das verdades criadas pelas relações de saber e poder, “o discurso é, ao mesmo tempo, plenitude e riqueza indefinida” (Foucault, 2008, p. 135).

Foucault estabelece que embora pareçam naturais e evidentes, os saberes e os discursos são produtos de determinadas condições.

Na premissa de que o poder se apoia em um saber produzido como verdade, portanto, o poder controla e é controlado pela verdade, a verdade nada mais é que produto e produtora das relações de saber e de poder.

Assim, para Foucault (2008, p. 74):

Podem-se finalmente descrever, entre diversos discursos, relações de delimitação recíproca, cada um deles apresentando as marcas distintivas de sua singularidade pela diferenciação de seu domínio, seus métodos, seus instrumentos, seu domínio de aplicação (isso vale para a psiquiatria e a medicina orgânica, que praticamente não se distinguem uma da outra antes do final do século XVIII e que estabelecem, a partir desse momento, uma separação que as caracteriza). Todo esse jogo de relações constitui um princípio de determinação que admite ou exclui, no interior de um dado discurso, um certo número de enunciados: há sistematizações conceituais, encadeamentos enunciativos, grupos e organizações de objetos que teriam sido possíveis (e cuja ausência não pode ser justificada no nível de suas regras próprias de formação), mas que são excluídos por uma constelação discursiva de um nível mais elevado e de maior extensão. Uma formação discursiva não ocupa, assim, todo o volume possível que lhe abrem por direito os sistemas de formação de seus objetos, de suas enunciações, de seus conceitos; ela é essencialmente lacunar, em virtude do sistema de formação de suas escolhas estratégicas.

Entretanto, ressalta Foucault que mesmo que os discursos se proclamam como verdade, eles estão sempre em luta para permanecer nesse caráter, na medida em que a verdade está sempre diante da possibilidade de resistência, que se constitui em outro discurso.

É nesse sentido que, quando o poder encontra dificuldade de se impor, passa a forjar realidades a partir da destruição desses espaços de produção de conhecimento científico e informação, para que as verdades não sejam mais aceitas como verdades.

Como o poder constitui-se numa relação de forças, em constante movimento, gerando tensões diante da resistência, que nada mais é que uma parte constitutiva dessa relação. Nesse sentido, os processos políticos e sociais são feitos numa constante relação entre poder e resistência, de forma que para Foucault (1988, p. 92):

[...] da mesma forma que a rede de relações de poder acaba formando um tecido espesso que atravessa os aparelhos e as instituições, sem se localizar exatamente neles, também a pulverização dos pontos de resistência atravessa as estratificações sociais e as unidades individuais.

Inclusive, argumenta Foucault (1999, p. 234) que “para compreender o que são relações de poder talvez devêssemos investigar as formas de resistência e as tentativas de dissociar essas relações”, e complementa (1995, p. 239):

[...] talvez, o objetivo hoje em dia não seja descobrir o que somos, mas recusar o que somos. Temos que imaginar e construir o que poderíamos ser para nos livrarmos deste ‘duplo constrangimento’ político, que é a simultânea individualização e totalização própria às estruturas do poder moderno.

Reconhecer os processos de subjetivação que são produzidos, das práticas que se engendraram para produzir e normalizar práticas antidemocráticas, dentro dos controles homogeneizadores e mercadológicos, que se articulam no abandono total da noção de indivíduo como ser capaz de reflexão, criticidade e autonomia, é o primeiro passo para o estabelecimento de estratégias de resistência de biopoder.

A educação, como sistema e instituição, como produtora de saber, ao tempo que se constitui em dispositivos de controle, diante de sua tendência à instituição e normalização, pode viabilizar estratégias para desativar os dispositivos que produzem subjetividades, pois como ensina Deleuze (1990, p. 157):

Os dispositivos têm por componentes linhas de visibilidade, linhas de enunciação, linhas de força, linhas de subjetivação, linhas de ruptura, de fissura, de fratura que se entrecruzam e se misturam, enquanto umas suscitam, através de variações ou mesmo mutações de disposição.

É preciso compreender as linhas que compõem um dispositivo pertencente a um sistema de dominação, para desemaranhá-las, ou seja, o sujeito deve se dar conta de toda a maquinaria e intencionalidade que se engendram para produzir subjetividades, de modo que, para Deleuze (1990, p. 155):

Desenredar as linhas de um dispositivo é, em cada caso, traçar um mapa, cartografar, percorrer terras desconhecidas, é o que Foucault chama de “trabalho em terreno”. É preciso instalarmo-nos sobre as próprias linhas, que não se contentam apenas em compor um dispositivo, mas atravessam-no, arrastam-no, de norte a sul, de leste a oeste ou em diagonal.

O educador e filósofo brasileiro Paulo Freire estabeleceu a capacidade para transformação pela educação, de modo que, para Freire (2006, p. 75) “a educação pode ser percebida como uma ferramenta de transformação social, como um processo de constante libertação do ser humano”.

Trata-se da elaboração de um pensamento que fundamenta uma educação para a tomada de consciência da realidade e para a emancipação e autonomia do sujeito, através de uma dimensão libertadora, para quem (Freire 1987, p. 28),

O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da realidade e da sua própria capacidade para a transformar. [...] Ninguém luta contra forças que não entende, cuja importância não meça, cujas formas e contornos não discirna; [...]. Isto é verdade se refere às forças da natureza [...] isto também é assim nas forças sociais [...]. A realidade não pode ser modificada senão quando o homem descobre que é modificável e que ele o pode fazer.

Assim, Freire desenvolve seus estudos na necessidade de conscientização, pela educação, das práticas que oprimem e elege a liberdade para falar de poder, refere que as relações opressoras adentram no ser humano, o que faz necessário que o oprimido tenha consciência que existe um opressor dentro dele para que quando deixar de ser um oprimido não se torne um opressor.

Para Freire (1987, p. 32):

O grande problema está em como os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram “hospedeiros” do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. Enquanto vivem a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com opressor, é impossível fazê-lo. A pedagogia do oprimido que não pode ser elaborada pelos opressores, é um dos instrumentos para esta descoberta crítica – a dos oprimidos por si mesmos e a dos opressores pelos oprimidos, como manifestação da desumanização.

Ademais, o educador e filósofo em testilha, propõe uma educação que coloca o sujeito, segundo Freire (2014, p. 52) “[...] numa postura de autorreflexão e de reflexão sobre seu tempo e seu espaço”, convocando-o ao cuidado de si, à tomada de consciência, integrando-o a sua realidade.

Isso porque, segundo Freire (2014, p. 60):

A partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, ele vai dinamizando o seu mundo. [...] Vai acrescentando a ela [a realidade] algo de que ele mesmo é o fazedor. [...] É também criando, recriando e decidindo que o homem deve participar [...].

Nessa mesma senda, Foucault (2006, p. 11) chama a atenção para esta consciência, que chama do cuidado de si “O cuidado de si vai ser considerado, portanto, como o primeiro despertar. Situa-se exatamente no momento em que os olhos se abrem, em que se sai do sono e se alcança a luz primeira [...]”.

Foucault refere que o cuidado de si, implica um convertimento do olhar para si mesmo, num governo de si, numa relação do sujeito com a verdade que transforma o sujeito e sua subjetividade, e, ainda, segundo o autor (2006, p. 14-15) “Também designa sempre algumas

ações, ações que são exercidas de si para consigo, ações pelas quais nos assumimos, nos modificamos, nos purificamos, nos transformamos e nos transfiguramos”.

O sujeito integrado à sua realidade e consciente da maquinaria em que se encontra enredado, acaba percebendo, no seu dia-a-dia que há linhas de fuga possíveis de serem implementadas através das fissuras dos dispositivos de controle.

Não se pode considerar que somente atitudes relacionadas a norma poderia estabelecer possibilidades de resistência. Após conhecer as formas de controle e a produção de sujeições, pode-se falar na resistência ao presente, questionando, posicionando-se e suscitando acontecimentos, mesmo pequenos, de superfície ou volume reduzidos – micropolíticos, que escapem ao controle.

Nesse diapasão, Deleuze (1992, p. 218) contribuir que:

Acreditar no mundo é o que mais nos falta; nós perdemos completamente o mundo, nos desapossaram dele. Acreditar no mundo significa principalmente suscitar acontecimentos, mesmo pequenos, que escapem ao controle, ou engendrar novos espaços-tempos, mesmo de superfície ou volume reduzidos. [...] É ao nível de cada tentativa que se avalia a capacidade de resistência ou, ao contrário, a submissão a um controle. Necessita-se ao mesmo tempo de criação e povo.

Como visto, cada pessoa é um ser compulsoriamente assujeitado. Estabelecer a educação como um plano de imanência de resistência ao controle homogeneizante, produzido pelos processos biopolíticos de subjetivação, a partir de sua capacidade de fazer pensar a pessoa como inserta nos circuitos de poder, viabilizando a expressão de multiplicidades de pensamentos e linguagens e da construção do cuidado de si, constitui-se em estratégia para desativar os dispositivos que produzem subjetividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos estudos desenvolvidos e apresentados por meio artigo, pode-se compreender que a educação, enquanto instituição e instrumento de biopoder, na privilegiada posição de produtora de saberes e verdades e influenciadora da realidade, ao tempo que produz subjetividades e assujeitamentos, pode se estabelecer em espaço estratégico de resistência para desativação desses dispositivos de controle e desconstrução de padrões.

Isso porque, a educação assume um sentido de educação emancipatória e libertadora, capaz de desenvolver a capacidade do sujeito de se ver na constituição das relações de poder e

nas formas de assujeitamento produzidos, abrindo espaço para interrogar sobre as verdades produzidas, colocando sob suspeita as certezas.

Assim, com pleno desenvolvimento das capacidades o sujeito se torna sujeito de si, convergindo para que singularidades emergem, o que permitirá produzir resistência aos dispositivos de controle para desconstruir padrões de previsibilidade, fazendo frente à biopolítica que busca, sem repouso nos gerir, num contexto micropolítico e às margens da instituição política, ou seja, de forma autônoma sem que para isso necessite se solidificar numa política pública ou normatização.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.

BORDIN, Tamara Maria. **O Saber e o Poder: contribuições de Michel Foucault**. SABERES, Natal, v. 1, n. 10, p. 225-235, nov. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/download>. Acesso em: 12 dez. 2019.

DELEUZE, Gilles. **Controle e Devir**. In: *Conversações*. Trad. de Peter Pál Pelbart. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DELEUZE, Gilles. **Pourparlers**. Paris: Minuit, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade: A Vontade de Saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**; tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Aula de 6 de janeiro de 1982** – primeira hora. In: *A hermenêutica do sujeito*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 3-33.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Tradutor: Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Cultura, culturas e educação**. Rev. Bras. Educ. Rio de Janeiro. n.23, mai/ago, 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782003000200002. Acesso em: 10 dez. 2019.

VEIGA-NETO, **Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de império**. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. Org(s). Figuras de Foucault. 2ª Ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2008. Disponível em <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/10/rago-margareth-veiga-neto-alfredo-org-figuras-de-foucault.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a educação**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.